



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
Rua do Comércio, 566 - Fone/Fax 652-1780**

A T O N.º 171

**EXONERA O VEREADOR
JESUÍNO ELIAS SERBA ROSA
ELEITO PELO PTB.**

Ver. CARLOS MARION G. SCHNADELBACH,
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, no uso de suas
atribuições legais e , de conformidade com o determinado no Mandado de
Intimação, referente ao Processo n.º 14.805-855, impetrado pela Srª.
SANDRA FRANCESCHI ARAÚJO, considerando que foi julgado procedente
a ação , EXONERA o Vereador JESUÍNO ELIAS SERBA ROSA do efetivo
exercício da Vereança.

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Em, 29 de outubro de 2001**

**Ver. Carlos Marion G. Schnadelbach
Presidente**

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 29 de outubro de 2001.**

**Verª. Gladis Maria M. Menezes
1ª Secretária**



149/2002

A requerente foi condenada em processo crime, que já transitou em julgado. Portanto a suspensão dos direitos políticos, enquanto perdurarem os efeitos da pena, deve ser automática. Foi o que fez o Presidente da Câmara.

Assim, a autoridade coatora nada mais fez além de declarar a situação jurídica que já existia, em função da condenação sofrida pela autora. Portanto nada há a reparar no ato da autoridade.

Diante do acima exposto, **JULGO IMPROCEDENTE o presente mandado de segurança.**

Deixo de condenar em custas e honorários pois a autora litiga ao abrigo da AJG, apesar de entender que estes são cabíveis em mandado de segurança.

Após o trânsito em julgado, archive-se com baixa.

Registre-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Butiá, 9 de abril de 2002.


Sonali da Cruz Zluhan
Juiza de Direito



143
83

Processo n. 1.01.0000134-0

Autor – Sandra Franceschi Araújo

Réu – Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Butiá

Juiza sentenciante – sonali da cruz zluhan

Data – 09.04.2002

Sentença 33/2002

Em sentença.

A autora, devidamente qualificada na inicial, interpôs mandado de segurança contra ato do presidente da Câmara de Vereadores de Butiá, alegando que o ato que a suspendeu do exercício de seu mandato de vereadora foi ilegal. Pede liminarmente reintegrada no cargo. Pede a procedência. Juntou documentos.

A liminar foi indeferida.

O Presidente da Câmara prestou informações, conforme documentação acostada aos autos.

O MP lançou parecer pela improcedência. A autora manifestou-se.

Relatei.

DECIDO.

A questão parece-me singela.

Conforme bem salientou a agente ministerial, em seu bem lançado parecer, trata-se somente de decidir se o disposto no art.15, inc. III, da Constituição Federal tem ou não auto-aplicação.

Tenho entendimento conhecido de que todos os artigos da constituição são de aplicação imediata. Assim deve ser feito, pois a constituição encerra princípios fundamentais que estão antes da lei em si.

Os princípios de direito, insculpidos na Carta, representam uma conquista da humanidade e portanto, não necessitam de regulamentação suplementar, devendo ser atendidos sempre que mencionados.

No presente caso não há porque ser de outra forma.

[Assinatura]